

ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA DE ORIENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DO SIOPS (CT/SIOPS).

Às 9h20 do dia 01 de abril de 2014, na sala 479 (sala de reunião do DESID), localizada no Edifício Anexo do Ministério da Saúde, Anexo B, 4º andar, reuniram-se os membros da Câmara Técnica de Orientação e Avaliação do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – CT/SIOPS, sob a coordenação da Sra. Fabíola Sulpino Vieira, Diretora do Departamento de Economia da Saúde, Investimentos e Desenvolvimento da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde (DESID/SE/MS).

Procedeu-se a entrega do material de apoio composto de: a) Pauta da 79ª Reunião da CT/SIOPS; b) Cópia da minuta da Ata da 78ª Reunião da CT/SIOPS; c) Quadro situacional de entrega dos anos de 2000 a 2012, referente à alimentação do SIOPS pelos estados, Distrito Federal e municípios; e 1º ao 6º Bimestre de 2013 dos estados e 1º ao 6º Bimestre dos municípios; d) Quadro da situação atual do processo de certificação digital com o percentual de conclusão dos municípios de cada estado e a situação dos estados que também já concluíram o processo; (e) Situação atual dos municípios e estados que não atingiram o percentual mínimo em 2013; f) lista de presença da reunião.

Ponto de Pauta: **Abertura e aprovação da Ata da 78ª CT/SIOPS.**

Com a palavra, a diretora Sra. Fabíola Sulpino Vieira do DESID/SE/MS, abriu a reunião e solicitou a apresentação dos participantes, em seguida pôs em discussão e aprovação a Ata da 78ª Reunião Ordinária da CT/SIOPS, ocorrida em 04/02/2014, submetida previamente à análise dos membros da CT/SIOPS. A Ata foi aprovada em todos os seus termos.

Ponto de Pauta: **Situação do Módulo de Controle Externo - MCE.**

A diretora do DESID informa que será realizado amanhã o III Encontro do MCE, a ser realizado na sede da OPAS, aqui em Brasília, para o qual foram convidados dois representantes de cada um dos 34 Tribunais de Contas, e onde será feita a apresentação, análise e aprovação final do módulo de controle externo - MCE do SIOPS. Após o encontro deverá ser liberado o módulo para capacitação das equipes e para a utilização cotidiana dos TC.

Ponto de Pauta: **Situação do Módulo de Monitoramento de Suspensão e Condicionamento das Transferências Constitucionais.**

A coordenadora do SIOPS - Maria Eridan informa que a Michelle/DATASUS-RJ enviou mensagem de que o MMSCTC está fase de finalização dos testes com o Banco do Brasil, e o SIOPS está finalizando os testes do módulo, devendo ser estabelecido um cronograma com o BB para definições finais de implementação do módulo. A diretora do DESID/Fabíola Sulpino Vieira passa a falar que a interoperação com o Banco do Brasil ainda não começou, e fala também sobre o histórico da elaboração do referido módulo e as articulações realizadas, citando a reunião da CT/SIOPS de fevereiro/14, onde foi aprovada uma recomendação de elaboração de minuta de decreto visando adiar o prazo para aplicação das suspensões das transferências constitucionais. Após várias articulações e apresentações com o Banco do Brasil e com a Casa Civil/PR, foi publicado o Decreto 8.201/14 que ampliou o prazo, de 30 para 120 dias, da notificação automática do sistema para efetiva aplicação das penalidades elencadas no Decreto 7827/12, relativas às transferências constitucionais, especificamente para este ano, ficando a data prorrogada até o final de maio/2014. O Prof. Elias Jorge - consultor DESID, a coordenadora da CGES – Andréa Mendes, e a coordenadora do SIOPS – Maria Eridan fizeram considerações e debateram o assunto, citando

a situação de entrega do ano de 2013 de alguns estados e seus municípios que não atingiram o percentual mínimo em ASPS e que poderiam ser penalizados. O estado do Paraná não atingiu o percentual e está querendo realizar o depósito da diferença. A diretora informa que vai se ausentar da reunião, que passará a ser coordenada pela Andréa Mendes/CGES-DESID e pela Maria Eridan/SIOPS-CGES.

Ponto de Pauta: SIOPS/CAUC - Relatos dos entes que estão sendo prejudicados pela divergência de interpretação na mensagem do sistema CAUC sobre o cumprimento do item 4.3 referente a aplicação mínima em ASPS.

A Coordenadora da CGES – Andréa Mendes e a Coordenadora SIOPS – Maria Eridan, informam sobre a situação que estava acontecendo no site do CAUC, onde indicava situações de inconsistência em relação ao SIOPS, sem necessariamente ser correta a informação. Desta forma, foi articulada uma reunião com o Ernesto/STN para realizar ajustes mais claros e corretos na informação relativa ao SIOPS disponibilizada pelo CAUC em relação a cada município. Assim foi incluído no CAUC, para todos os estados/municípios, no item relativo ao SIOPS, a palavra ATENÇÃO seguida de dois asteriscos**, e logo abaixo, ao final do quadro, a explicação seguinte: **A comprovação do item 4.3 do CAUC referente a aplicação mínima dos recursos próprios em saúde, está temporariamente desabilitada na página do CAUC, ou seja a consulta referente a esse item deve ser realizada no site do SIOPS no link Demonstrativos. Desta forma os municípios/estados podem realizar a comprovação do percentual alcançado no ano de 2013. Ocorre também que os órgãos e entidades que estão assinando convênios com as prefeituras, nem sempre interpretam essa situação do CAUC dessa forma, interpretando o ATENÇÃO ** como se o município/estado estivesse inadimplente no CAUC em relação ao SIOPS, ocasionando diversas ligações telefônicas e e-mails ao SIOPS solicitando informações mais detalhadas. O Prof. Elias Jorge-consultor DESID, a coordenadora CGES – Andréa Mendes, a Coordenadora SIOPS – Maria Eridan e a Carla Emília/SIOPS debateram o assunto e citaram considerações e ocorrências de atendimento aos municípios.

Ponto de Pauta: Solicitação de apoio ao Conselho Federal de Contabilidade quanto às orientações repassadas pelos contadores aos entes no preenchimento do SIOPS.

A Coordenadora da CGES – Andréa Mendes informa que os próximos assuntos se relacionam com o recente encontro de dois dias, promovido pelo CONASEMS, e realizado com todos os COSEMS estaduais. Foram levantadas algumas dificuldades, sendo o SIOPS preenchido por empresas contábeis e/ou por contadores próprios, onde há dificuldades de como deve ser preenchido o SIOPS e/ou se o preenchimento está sendo orientado de forma adequada ou não; se estamos de fato preocupados em declarar a aplicação efetiva em ASPS ou se a preocupação maior é comprovar a aplicação dos recursos mínimos, ou não. Diante das dificuldades, o DESID/CGES/SIOPS vem buscando o apoio do CFC – Conselho Federal de Contabilidade para colaborar na orientação as empresas e/ou aos contadores. A representante do CFC na CT/SIOPS – Doracy Cunha Ramos informa que esse tipo de apoio deve ser solicitado formalmente ao Conselho, pois será feito um processo interno e adotadas providências para o apoio a nível nacional. A participante Blenda Pereira – CONASEMS indica também como dificuldade, os lançamentos de dados com erros em contas indevidas, que leva a distorções nos percentuais, assim como a concentração da contabilidade de prefeituras na mão de poucos escritórios contábeis, principalmente dos municípios de pequeno porte. Os representantes citados e os demais participantes da CT/SIOPS, Valdick Bonfim – ATRICON, Elói Oliveira – DESID/SE, Claudia Magalhães - STN/MF, Paulo Malheiro – SIOPS, Ronaldo Oliveira – DATASUS, Viviane Rocha – CONASS e Prof. Elias Jorge – consultor DESID, realizam diversas colocações no debate do assunto, indicando as situações próprias de municípios e de contadores, das novas normas e das

contas contábeis, reforçando a necessidade do apoio do CFC, e aos gestores municipais, principalmente devido às consequências do não preenchimento/homologação dos dados no sistema SIOPS nos seus prazos. Deverá ser elaborado ofício e encaminhado formalmente ao CFC, fornecendo informações do SIOPS e solicitando o seu apoio no repasse de informações aos contadores.

Ponto de Pauta: Educação Permanente – Gestão, Planejamento e Orçamento.

A Coordenadora da CT/SIOPS – Andréa Mendes/CGES/DESID/SE/MS informa que o assunto também foi demandado no recente encontro com os COSEMS, e diz respeito à Educação Permanente - Gestão, Planejamento e Orçamento. Assim foi convidada para esta CT/SIOPS uma representante da SEGETS – Secretaria de Gestão no Trabalho e Educação na Saúde/MS (que não está presente) para conversar, para recuperar algumas iniciativas do próprio departamento em capacitação permanente, e avaliar os meios que a SEGETS já utiliza em educação permanente, para uma possível parceria entre SIOPS e SEGETS. A participante do CONASEMS - Blenda Pereira, informa que no encontro, foi solicitada a capacitação em gestão, planejamento e orçamento para os representantes dos COSEMS e dos Núcleos de Apoio ao SIOPS - NEASIOPS. Esta capacitação seria parte do projeto de fortalecimento dos Núcleos Estaduais de Economia da Saúde em implementação pelo DESID/SE/MS, que teria parceria com o CONASEMS. Os participantes da CT/SIOPS, Ronaldo Oliveira – DATASUS, Maria Eridan/coordenadora SIOPS, Viviane Rocha – CONASS, Claudia Magalhães - STN/MF, Paulo Malheiro – SIOPS, e Prof. Elias Jorge – consultor DESID, participaram do debate, realizando considerações e sugestões nos encaminhamentos.

Ponto de Pauta: Execução dos Recursos Aplicados em ASPS pelo Fundo de Saúde.

A Coordenadora da CGES – Andréa Mendes solicita que a coordenadora do SIOPS – Maria Eridan faça um relato sobre o assunto. A coordenadora SIOPS explica que o assunto foi mais um ponto no encontro dos COSEMS, focado na aplicação dos recursos fora do Fundo Estadual/Municipal de Saúde, indicando que o sistema SIOPS alerta ao usuário, com um Aviso, de que os recursos estão sendo aplicados fora do Fundo de Saúde. O aviso do SIOPS não impede a transmissão dos dados. A coordenadora SIOPS cita o exemplo do estado do Ceará, onde todos os recursos estavam sendo executados na administração indireta, em um Fundo de Saúde, instituído como uma fundação, o que na época gerava uma crítica impeditiva de transmissão. Esta situação resultou em muitos debates e a orientação final de que no SIOPS não seria mais uma Crítica e sim um Aviso. A Blenda Pereira - participante do CONASEMS informa o caso semelhante de Pernambuco, que foi levantado e discutido no encontro dos COSEMS. O participante Paulo Malheiro – SIOPS, fez a colocação que não é somente os recursos passarem pelo Fundo de Saúde, mas também que o gestor de saúde seja o “ordenador de despesas” dos recursos da saúde do Fundo, e não o secretário da fazenda. Outros participantes da CT/SIOPS como Ronaldo Oliveira – DATASUS, Maria Eridan/coordenadora SIOPS, Elói Oliveira – DESID/SE, Viviane Rocha – CONASS, Valdick Bonfim – ATRICON, Frederico Paiva – Ministério Público Federal, Ana Paula/SIOPS, Prof. Elias Jorge – consultor DESID, Claudia Magalhães - STN/MF realizam um grande debate, com diversas sugestões e recomendações. Como o assunto é bastante complexo, deverá voltar a discussão nas próximas reuniões da CT/SIOPS.

Ponto de Pauta: Responsabilidade das Representações dos membros dos NEASIOPS.

A Coordenadora da CT/SIOPS – Andréa Mendes/CGES/DESID informa que foi mais um ponto levantado no encontro dos COSEMS, informando que a equipe SIOPS fez um levantamento da situação atual, e solicita que a coordenadora do SIOPS – Maria Eridan faça um relato sobre o assunto. A coordenadora SIOPS informa que na mesma Portaria MS 446/2004, que criou a CT/SIOPS, está a recomendação da criação dos NEASIOPS em cada estado, indicando as suas funções e as suas respectivas representações da SES, da SMS indicada pelo COSEMS, da Associação ou Federação Estadual de Municípios, do Ministério Público Estadual, do Conselho Estadual de Saúde, do DATASUS/MS, e em recomendação da CT/SIOPS de junho/12 há a recomendação de incluir um representante da SEFAZ estadual no NEASIOPS. Foi feito um levantamento dos Núcleos que existem e estão atuando, onde já existe Portaria publicada, resultando em: (i) 9 estados onde não existem Núcleos formalizados, mas que existem pessoas responsáveis pelas funções, e (ii) há também 17 estados com portarias publicadas com os seus representantes, sendo 9 destes estados com portarias desatualizadas, e mais 4 portarias publicadas, AM – GO – PA – TO, que não indicam as competências, funções e responsabilidades do Núcleo. Desta forma, não há uma uniformidade na publicação das portarias pelos estados. O Prof. Elias Jorge – consultor DESID, faz as considerações ocorridas na época da elaboração da Portaria na criação dos Núcleos, indicando as referências e os detalhes da portaria. Independentemente da existência de portaria estadual, existem Núcleos formalizados que o seu funcionamento é fraco ou insignificante, assim como existem outros Núcleos não formalizados, mas que possuem uma ação vigorosa e atuante. Desta forma, o importante além da formalização é o seu funcionamento e atuação.

Informes gerais:

- a) Situação da Certificação Digital** – a Coordenadora do SIOPS – Maria Eridan informa os dados até ontem, estando com 94% de certificação, e os 6% restantes ainda sem certificação, totalizando uns 350 municípios sem certificação. Todos os estados já estão certificados e os estados de Sergipe e Mato Grosso do Sul já estão com 100% dos municípios certificados, e os estados com maior percentual de municípios sem certificação e motivo de preocupação da CT são o RN, GO, BA e AC. O CONASEMS já entrou em contato com os COSEMS dos estados citados, visando informar a pendência dos municípios ainda sem certificação;
- b) Situação da Alimentação dos Sistemas Bimestrais** – a Coordenadora do SIOPS – Maria Eridan cita a planilha da situação de transmissão/homologação de estados e municípios, distribuída aos participantes, indicando os estados de Mato Grosso e Rio Grande do Norte que ainda não homologaram o 6º bimestre de 2013. Quanto aos municípios, o percentual atingiu 69,7% que homologaram o 6º bimestre de 2013, devendo aumentar o percentual nos próximos meses. Para o primeiro bimestre de 2014, apenas 3,8% dos municípios já transmitiram, e no caso dos estados, não há transmissão, pois somente foi disponibilizada a versão do SIOPS para preenchimento, e ainda não foi disponibilizada a versão de transmissão dos dados estaduais;
- c) Municípios que sofrerão a penalidade de Condicionamento dos Recursos** – a análise dos 12 municípios que não atingiram 15% de gastos em ASPS em 2013, indica que são 6 municípios de Goiás, 2 municípios da BA, e 1 município dos estados de TO, AL, MT e PR. Dos 6 municípios de GO, cinco são de um mesmo escritório contábil, que deverá realizar a retransmissão, e os demais municípios citados estão cientes do condicionamento. O estado do Paraná é o único estado que não atingiu o percentual de 12% e deverá realizar o depósito de compensação. Esta planilha não indica os municípios que ainda não

transmitiram/homologaram os dados do 6º bimestre de 2013 no SIOPS. O Ministério da Saúde, independente da notificação do SIOPS, deverá oficializar aos municípios, a situação de não homologação e também a situação de não atingimento do percentual mínimo. A participante do CONASEMS - Blenda Pereira, informa que a próxima revista do CONASEMS deverá trazer uma Nota Técnica sobre o SIOPS, contendo as informações principais sobre o sistema SIOPS e sobre a situação de homologação dos municípios. Informa e convida a todos os participantes da CT para participarem no Congresso do CONASEMS, que será realizado de 01 a 04 de junho/14, e onde haverá uma apresentação exclusiva do SIOPS.

- d) **Reforma Tributária e Beneficiômetro; Proposta de 10% da receita corrente bruta para a Saúde e dos 10% do PIB para a Educação; Constituição de Grupo de Trabalho para debater os temas** - O Prof. Elias Jorge informou sobre uma pesquisa da ABIFARMA que indica situações ambíguas e induzidas, como somente 6% da população brasileira considera a saúde como maior problema nacional, correlacionando dados com indicação para a reforma tributária. O Prof. Elias informa também sobre os grandes aumentos nos benefícios da área do Trabalho, como o salário desemprego que era R\$ 200,0 milhões e em 2013 foi de R\$ 26,0 bilhões, e o auxílio pescador que também teve grande aumento em 10 anos de R\$ 20,0 milhões por ano para R\$ 1,9 bilhão em 2013, e mais ainda, tendo a própria função Trabalho no orçamento, que tinha um aumento de 15 a 20% anuais, teve um aumento de R\$ 46,0 bilhões em 2012 para R\$ 64,0 bilhões em 2013, o que representa mais de 40%. As análises atuais indicam que a DRU que visa retirar recursos da seguridade social e destiná-los ao orçamento fiscal, devolvendo somente parte dos recursos, mostra que esta situação atualmente apresenta maior equilíbrio, onde os recursos já retirados da seguridade, estimados em mais de R\$ 500 bilhões no período de 2002 a 2012, já foram quase totalmente repostos para a seguridade, via os benefícios citados da área do Trabalho. A reforma tributária possui tributos regressivos na arrecadação e progressivos na destinação, e esta consideração poderá ser levada à discussão política até a eleição, e posteriormente no próximo governo. Em relação a proposta de 10% da receita corrente bruta para a saúde, existe alguma chance de ser sacramentada, e o 10% do PIB para educação está parada a tramitação. O Prof. Elias continua aguardando voluntários para compor o grupo de trabalho.

Encerramento - A Coordenadora da CT/SIOPS – Andréa Mendes/CGES/DESID/SE/MS agradeceu a todos a participação na CT/SIOPS e deu por encerrada a 79ª Reunião Ordinária. Devido a realização no mesmo período do Congresso do CONASEMS, foi aprovado o adiamento de uma semana, da data da próxima reunião da CT/SIOPS, prevista para ocorrer no dia 03 de junho de 2014, ficando então confirmada para o dia 10/06/2014, às 9h, na sala de reuniões do DESID/SE/MS.